Retomar território é essencial no combate ao crime

Operações policiais são necessárias, mas só políticas sociais consistentes garantirão o domínio do Estado

Por Editorial

31/10/2025 00h10 Atualizado há 3 horas

Presentear matéria



Barricada erguida pelo tráfico durante operação policial nos complexos do Alemão e da Penha — Foto: Fabiano Rocha / Agência O Globo/ 28/10/2025

A megaoperação no Rio contra o Comando Vermelho (CV) reacendeu o debate sobre os desafios do combate a organizações criminosas que dispõem de armamento de guerra e sofisticação militar. Operações policiais são necessárias para enfraquecê-las. Mas os resultados costumam ser parciais e, quase sempre, efêmeros. Há décadas, diferentes governos tentam enfrentar as quadrilhas, mas o problema persiste. É preciso políticas mais consistentes e duradouras. Retomar e manter o território é crítico para garantir a segurança das cidades e o bem-estar da população.

Editorial: Operação policial no Rio foi resultado de planejamento

Apesar de os estados canalizarem recursos vultosos à segurança pública, é o crime que tem se expandido. Na Região Metropolitana do Rio, entre 2008 e 2023, a extensão territorial sob domínio de facções criminosas ou milícias cresceu de 8,8% para 18,2%. O avanço não ocorre só no Rio e é visível para o cidadão comum, exposto a uma rotina de tiroteios e crimes de toda sorte.

Editorial: **Operação expõe limite estadual no combate ao crime**

Já houve, é verdade, experiências positivas. O projeto Favela-Bairro, implantado no Rio nos anos 1990, procurava qualificar o espaço urbano das comunidades, mas foi interrompido. As promissoras Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) num primeiro momento contribuíram para reduzir os índices de **violência**, mas foram colocadas a serviço de um projeto eleitoral que as expandiu demasiadamente. O Alemão, um dos símbolos das UPPs, virou quartel-general do CV.

Há caminhos a seguir com base em exemplos bem-sucedidos, segundo análise do Insper. A cidade de Medellín, na Colômbia, era uma das mais violentas do mundo quando vivia sob o jugo dos narcotraficantes. Reverteu a calamidade adotando políticas voltadas não só para policiamento, mas também para transporte, cultura, esporte, educação e cidadania — classificadas como “urbanismo social”. Com medidas bem desenhadas e com apoio consistente de sucessivos governos, empresas e sociedade, Medellín reduziu os homicídios de 395 por 100 mil habitantes em 1991 para 11,7 por 100 mil em 2024 — e virou referência no

combate à criminalidade. No Brasil também há experiências exitosas. A Região Metropolitana de Belém, uma das mais violentas do país, se transformou com ideias inspiradas em Medellín.

“Tem que existir a polícia de proximidade que evite o crime” diz Ricardo Balestreri, coordenador do núcleo de urbanismo social e segurança pública do Insper Cidades e ex-secretário nacional de Segurança. “Mas hoje se faz incursão e depois evasão.” Os projetos de urbanismo social unem policiamento permanente a políticas sociais, em especial construção de escolas. Mas também postos de saúde, teatros, centros culturais, agência de bancos, correio e serviços públicos que dão à população a sensação de ser dona do território.

Ao julgar a ADPF das Favelas, em abril, o Supremo Tribunal Federal determinou que o governo fluminense elaborasse um plano para retomar os territórios ocupados pelo crime. É a deixa para implantar um novo modelo. Operações policiais sempre serão necessárias para conter o avanço de facções e milícias. A situação é insuportável, e revertê-la exigirá alguma dose de violência. Mas é preciso ir além. Não se pode perder a oportunidade de apresentar planos consistentes para retomada dos territórios. É hora de pôr em prática as ideias testadas que dão certo no longo prazo, ou mais uma vez haverá retrocesso depois da saída da polícia.